

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010396-77.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Ivonete Maria da Silva**
 Requerido: **CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Processo nº. 1010396-77.2017****VISTOS.**

IVONETE MARIA DA SILVA ajuizou a presente **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM DANOS MORAIS COM PEDIDO LIMINAR** em face de **CPFL- COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**.

Aduz a requerente, em síntese, que reside de aluguel no imóvel situado na Rua Martim Luther King, nº 1026, Vila Boa Vista; a antiga inquilina ao sair pediu o desligamento da energia elétrica, o que foi concretizado em 09/09/2017; nesse mesmo dia (ela autora) requereu a ligação da energia e foi informada que o procedimento seria realizado dentro de cinco dias uteis; apesar de entrar varias vezes em contato com a ré, esta não promoveu a ligação da energia, trazendo inúmeros transtornos a vida da requerente e de seus familiares; a falta do serviço, que é essencial para o desenvolvimento de suas atividades básicas, a obrigou a buscar ajuda de vizinhos e familiares; inclusive possui uma neta de 09 meses que reside no imóvel. Busca a condenação da requerida ao pagamento de R\$ 30.000,00 a titulo de indenização por danos morais, pelo constrangimento que vem sofrendo pela demora injustificada; requer também o religamento da energia em caráter liminar, a aplicação do CDC e a inversão do ônus da prova. Juntou documentos às fls.14/20.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A petição inicial foi emendada às fls. 22/24.

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação, alegando que por diversas vezes seus funcionários foram até a residência e sempre a encontraram fechada, o que impossibilitou a ligação da energia; os atos administrativos possuem presunção de legitimidade, sendo o ônus probatório da parte que invoca a invalidade; no caso não tem cabida sua condenação em danos morais em virtude do tempo de espera, pois foi a autora que deu causa a demora. No mais, rebateu a inicial e requereu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 86/92.

Instados à produção de provas (fl.97), a requerente pediu a oitiva de testemunha (fl.100), e a requerida pediu que a requerente esclarecesse o local onde se encontra seu relógio medidor, a fim de provar a impossibilidade de adentrar no imóvel sem acompanhamento de morador (fl. 101).

A requerente prestou esclarecimentos às fls. 103/104.

É o relatório.

DECIDO, de modo antecipado, por entender completa a cognição nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

A autora reconhece na inicial que formalizou o pedido de ligação de energia/a em 09/09/17 mas a efetiva entrega de documentos foi concluída em **11/09/2017.**

Nessa ocasião tomou conhecimento que o prazo para conclusão do serviço era de cinco (05) dias úteis.

Considerando as datas já referidas a ré tinha até dia 18/09 para efetuar a ligação. Se assim agiu somente em 09/10 extrapolou o prazo em 21 dias, o que realmente **causou desconforto à autora e familiares acima do tolerável.**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ficar sem energia no imóvel residencial por horas já é circunstância causadora de grande desassossego ao consumidor; por grande número de dias então é ato claro de tipificação de dano moral.

A ré tenta justificar a situação argumentando que seus prepostos teriam sido **impedidos de adentrar o local** nas ocasiões em que foram até lá, antes da data da efetivação do serviço.

Nenhum documento exibiu dando conta dessa circunstância.

Ademais a foto de fls. 23 demonstra inequivocamente que o poste para colocação do relógio de energia elétrica está fixado no muro, com vista para a calçada, de tal modo que não era necessário adentrar na residência da autora (passar pelo portão) para tal mister.

Como se tal não bastasse, o imóvel estava sendo habitado, bastando o acionamento dos moradores para solução do problema.

Isso sem contar que a requerida tinha o contato telefônico da autora, e poderia ter com ela se comunicado.

A autora requer a condenação da ré no importe de R\$ 30.000,00 devido aos danos morais sofridos em decorrência da falta de energia. Argumentou, inclusive, como já explanado, que possui uma neta de nove meses residindo com ela (autora) em seu imóvel..

A situação fugiu da normalidade, daquilo que se entende tolerável na vida cotidiana.

O quantum indenizatório deve ser capaz de “anestesiar” o sofrimento carreado, sem, todavia, significar enriquecimento desproporcional e, portanto, sem causa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Visa, também, **considerar o causador**, trazendo-lhe impacto bastante para dissuadí-lo de praticar novo ato nocivo.

De todos os critérios preconizados nos pretórios, tenho que o mais viável – porque evita a adoção de fórmulas mágicas que muitas vezes podem se perder no vazio – é a aplicação do denominado “critério prudencial”, referido na RT 650/63.

Atentando a tais parâmetros arbitro a indenização no valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)** e não o montante pedido na portal que o considero excessivo.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PLEITO CONTIDO NA PORTAL** para o fim de condenar a requerida, **CPFL – COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ a pagar à autora, IVONETE MARIA DA SILVA**, a título de danos morais por ela experimentados, a quantia equivalente a **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**; o pedido de obrigação de fazer, consistente na ligação de energia elétrica já foi equacionado conforme documentos de fls. 24, 33 e manifestação de fls. 104.

Ante a sucumbência, quase total fica a requerida ainda condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono da autora, que fixo, por equidade, em 10% sobre o valor da condenação.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524, do CPC.

Publique-se e Intimem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 10 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**